# Explosão das matrículas médicas no Rio Grande do Sul

# *Explosion in the number of registered physicions in the state of Rio Grande do Sul*

**TELMO P. BONAMIGO** – Professor Adjunto de Cirurgia Vascular da FFFCMPA. Chefe do Serviço de Cirurgia Vascular da Santa Casa. Membro da Academia Sul-Rio-Grandense de Medicina.

✉ Endereço para correspondência:
**Telmo P. Bonamigo**
Rua Cel. Bordini, 675/303
90440-001 – Porto Alegre, RS – Brasil
Fone: (51) 3333-1642 / 3332-4355
telmobonamigo@terra.com.br

O Brasil, nos anos 50-70, apresentava um número insuficiente de médicos. Havia na ocasião uma explosão demográfica e um importante movimento migratório do campo para as cidades, na busca dos benefícios da industrialização que se iniciou na década de 50 e se consolidou na década de 70.

O maior número de médicos permanecia ao longo da costa brasileira e as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo chegavam a concentrar quase a metade dos médicos do país. Havia, pois, um número insuficiente e uma distribuição inadequada dos médicos no Brasil.

Naquela ocasião, o governo começou a receber pressão de alguns segmentos da população e de lideranças políticas pela abertura de novas Faculdades e algumas lideranças médicas regionais também se aliaram a esse movimento.

Essa situação foi precipitada basicamente pelo aparecimento dos alunos "excedentes" nos exames vestibulares, uma vez que um número não desprezível de candidatos tinha sido aprovado no exame vestibular, ou seja, os candidatos tinham condições para freqüentar a Faculdade de Medicina, mas faltavam-lhes vagas, o que provocou um movimento de pressões muito importante.

Dentro desse contexto vamos examinar o que ocorreu no Rio Grande do Sul, ou seja, o aparecimento daquilo que vamos chamar da "primeira onda" de criação de novas Faculdades de Medicina.

De 1898 até 1954, ou seja, por 56 anos, a Faculdade de Medicina da UFRGS era a única no nosso Estado, com 100 vagas. Esse número era insuficiente e muitas comunidades não tinham acesso ao atendimento médico. Em 1954, em Santa Maria, entra em funcionamento a segunda escola médica, com 48 vagas, e, em 1961, com 70 vagas, é instalada a terceira escola médica em Porto Alegre, denominada Faculdade Católica de Medicina, fundada pela Santa Casa.

Dois anos depois, ocorre um fato de difícil compreensão, pois em Pelotas, no mesmo ano de 1963, são abertas 113 vagas nas duas novas Faculdades, a Católica (60) e a Leiga (53), esta última depois federalizada. Deve ser lembrado que a Faculdade da UFRGS, passou o número de suas vagas de 100, em 1954, para 136, em 1965.

O governo, de forma prática, decidiu aumentar o número de médicos com a criação de novas Faculdades de Medicina, pensando que este era o único remédio de que o "paciente" necessitava. Enganou-se na medicação isolada, pois só conseguiu influir na quantidade de médicos formados. Enganou-se na dose, pois foi excessiva e não conseguiu influenciar um dos fatores mais importantes, que é a distribuição dos médicos.

Pode-se dizer que o Rio Grande do Sul, ao tratar uma deficiência numérica real, enganou-se nos números, pois num curto período de tempo criou novas vagas, que, somadas às já existentes, atingiu um total de 414, em 1965. Concluía-se, naquele momento, a primeira "onda" de crescimento das matrículas médicas no Estado.

Quando se deseja analisar a explosão das matrículas médicas no Rio Grande do Sul, ninguém pode omitir o nome daquele que foi o grande professor, educador, pesquisador e conferencista sem igual, o Prof. Mário Rigatto. Ele publicou na *Revista da AMRIGS* um trabalho de fundamental importância a respeito do início do processo de expansão desmesurada das matrículas médicas no nosso Estado, tendo colocado as seguintes questões:

1. Faltam médicos no Rio Grande do Sul?
2. Se faltam, que medidas foram tomadas para sanar a deficiência?
3. As medidas eventualmente tomadas são quantitativamente suficientes?
4. O simples aumento do número de médicos assegurará boa assistência médica à população ou há outros fatores a serem considerados?
5. Se há outros fatores, qual a situação dos mesmos no Estado?
6. Haverá inconvenientes em formarmos mais médicos do que os realmente necessários?

Analisando os dados do Prof. Rigatto, até o ano de 1965, verifica-se que as matrículas aumentaram de 60 em 1950 para 414 vagas em 1965, o que representa um aumento de 590%. No mesmo período, a população gaúcha aumentou somente 48%.

O Prof. Rigatto fez uma extrapolação interessante. Partiu do princípio de que se fosse mantido o número de matrículas de 1965 e estimando em 30 anos a vida média profissional do médico, a relação médico / habitantes no Rio Grande do Sul seria: em 1970, 1/1670; em 1980, 1/1170; em 1990, 1/1080; e, no ano 2000, 1/1190. Ele con-

cluiu que "as medidas já tomadas são quantitativamente suficientes, pois permitirão que alcancemos, em cerca de vinte anos, a proporção buscada".

Os dados estimados por Rigatto aparecem no Quadro 1, enquanto no Quadro 2 apresentamos os números reais.

Ao abordar a expansão das matrículas médicas no RS há dois aspectos que merecem consideração. O primeiro é a *quantidade* de médicos e o segundo é a sua *distribuição.*

Quanto a esta última, o Prof. Rigatto já chamava a atenção para a discrepância evidenciada pela relação de um médico para 7.500 habitantes na região dos Campos de Cima da Serra; de um médico para 1.250 na região da Campanha e de um médico para 400 habitantes na cidade de Porto Alegre.

Nossa Capital, em 1966, detinha 12% da população do Estado e 60% dos médicos, enquanto hoje a região metropolitana detêm 25% da população e 50% dos médicos. Isso mostra uma tendência do fenômeno social da urbanização progressiva, por um lado, e da concentração dos médicos em grandes centros, por outro lado.

Quando se compara o Quadro 1 com o 2, é preciso lembrar que o Prof. Rigatto fez uma estimativa, baseado na manutenção do número de vagas e no percentual de crescimento da população. Se as duas variáveis tivessem permanecido constantes, a relação número de habitantes/médico seria de 1.080 hab./1 médico no ano de 1990, que é o proposto pela OMS como adequado.

Como as duas variáveis foram modificadas de forma significativa, a primeira pela explosão do número de matrículas com a criação de cinco novas Faculdades e a segunda pela queda importante da natalidade somada a um importante fator, a migração de gaúchos, principalmente para novas fronteiras agrícolas, a relação habitantes/médico caiu de forma surpreendente para 638, em 1991, e, mais preocupante, para 447 hab./médico em 1996.

Pode-se observar que a medida reivindicada pela sociedade e adotada pelo governo, naquela ocasião, corrigiu somente a insuficiência numérica de médicos.

Apesar disso, surge a partir de 1966 a segunda explosão das matrículas, com a criação de mais quatro Faculdades: a de Rio Grande, em 1966, com 70 vagas, a de Caxias do Sul, em 1967, com 40 vagas, a de Passo Fundo, em 1970, com 55 vagas, e, no mesmo ano, foi criada a Faculdade de Medicina da PUC, com 60 vagas.

Mais tarde, em 1996, é criada a Faculdade de Medicina da ULBRA, em Canoas, sendo esta a 10ª do Estado, com 50 vagas por semestre. A AMRIGS posicionou-se contra a abertura desta, com a argumentação de que o número de médicos no Estado não só era suficiente como estava muito acima da média recomendada pela OMS. Por outro lado, a má distribuição dos médicos não fora corrigida e não o será pelo simples aumento do número de matrículas, pois os médicos continuarão a concentrar-se preferencialmente nos centros regionais, por motivos conhecidos. Essa observação é confirmada pela densidade de quase 50% dos médicos do Estado na Região Metropolitana de Porto Alegre.

É importante lembrar que, no início da década de 90, constatamos uma tentativa de criação de outras Faculdades de Medicina, pois duas cidades separadas por 40 km (Ijuí e Cruz Alta) também se julgavam em condições de abrigar sua Faculdade. Graças à intensa mobilização da AMRIGS e de lideranças locais muito ativas e altamente responsáveis, o processo dessas Faculdades foi suspenso.

É interessante comparar os dois gráficos. Enquanto o gráfico 1 mostra o ano e o número de matrículas *(ingressos*) nas novas Faculdades, o gráfico 2 mostra claramente dois saltos de crescimento do número de *egressos.* O primeiro salto ocorre entre 1966 e 1968, com um crescimento de 123% (168 para 375), fruto da formatura na Faculdade Católica de Porto Alegre (1966) e nas duas Faculdades de Pelotas (1968). O segundo salto ocorre entre 1971 e 1975, com o aumento de 95% dos egressos (375 para 732), fruto das formaturas nas Faculdades de Rio Grande (1971), Caxias do Sul (1972), Passo Fundo (1974) e PUC de Porto Alegre (1975).

Agora, no ano de 2004, estamos vivenciando a possibilidade de uma terceira "onda" de crescimento de matrículas médicas, ou seja, a tentativa de duas Universidades Regionais de ampliar o número de Faculdades de Medicina no RS.

Será que os seus administradores não levam em conta os dados que são públicos e bem conhecidos da população geral, ou fazem essa tentativa apenas porque é interessante para uma Universidade Regional adicionar um curso a mais, e com isso aumentar o seu retorno econômico, pois o curso de Medicina geralmente tem um custo maior da mensalidade?

**Quadro 1 –** Proporção médico/habitantes no Rio Grande do Sul de 1965 a 2000 (estimativa Prof. Rigatto)

| Ano | Nº médicos | População | Nº habit./médico |
|---|---|---|---|
| 1965 | 3.066 | 6.182.000 | 2.016 |
| 1970 | 4.200 | 7.014.000 | 1.670 |
| 1980 | 7.750 | 9.013.000 | 1.160 |
| 1990 | 10.680 | 11.582.000 | 1.080 |
| 2000 | 12.500 | 14.882.000 | 1.190 |

**Quadro 2** – Proporção médico/habitantes no Rio Grande do Sul de 1965 a 1996

| Ano | Nº médicos | População | Nº habit./médico |
|---|---|---|---|
| 1965 | 3.066 | 6.182.000 | 2.016 |
| 1991 | 14.308 | 9.138.670 | 638 |
| 1996 | 21.517 | 9.634.688 | 447 |

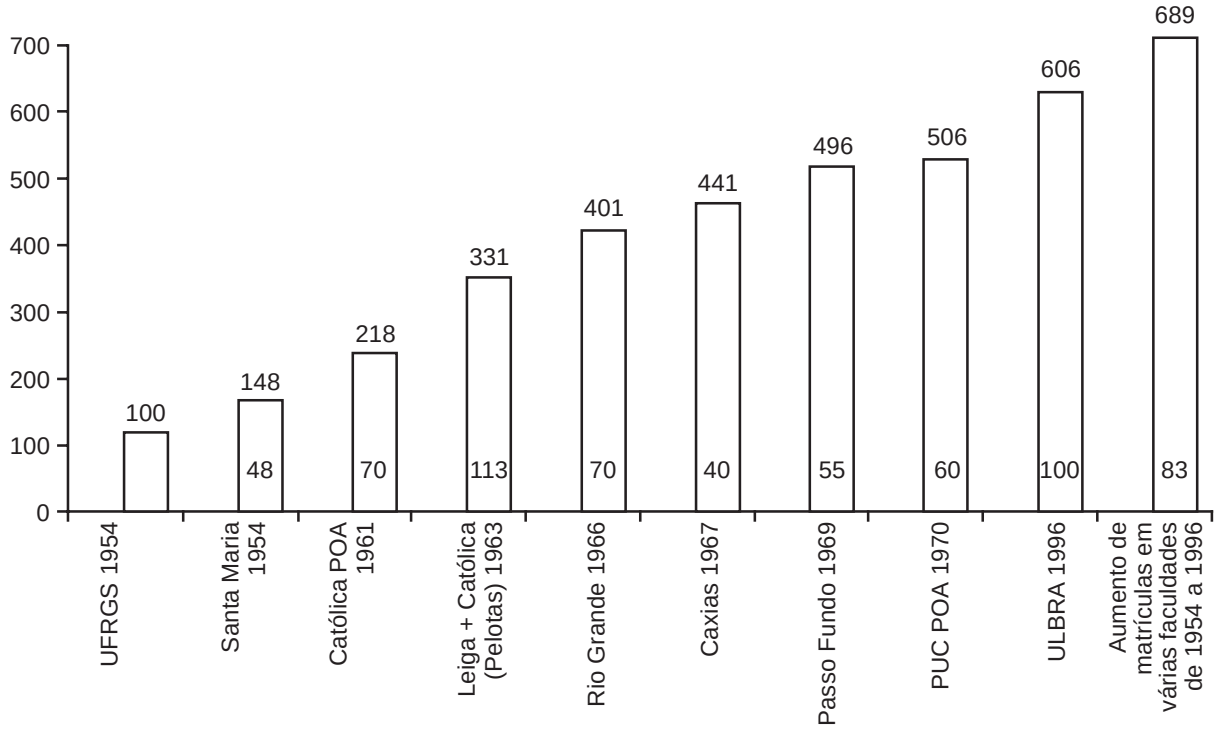



**Gráfico 1** – Evolução do número de matrículas.

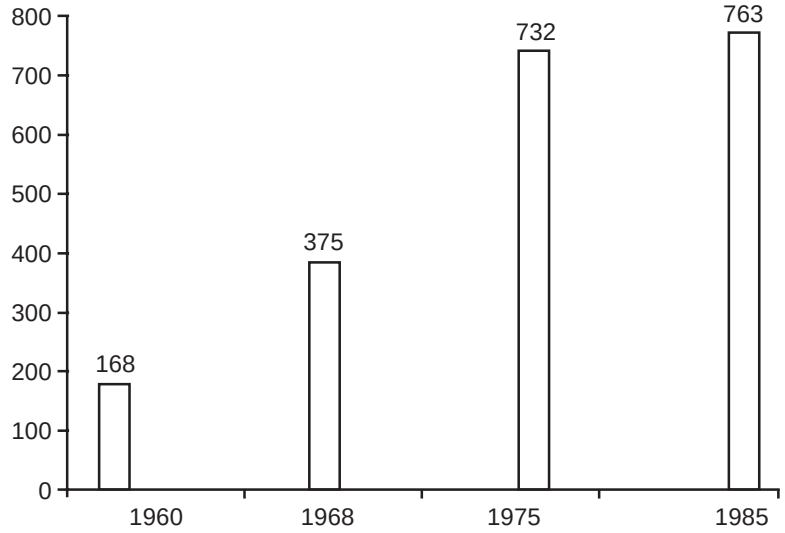



**Gráfico 2** – Número de médicos formados no Rio Grande do Sul.

Poderá alguém sustentar que as novas Faculdades terão o currículo montado dentro das novas diretrizes do MEC, ou seja, voltado para o atendimento das necessidades do SUS.

É óbvio que para atingir esse objetivo não seria necessária a criação de novas Faculdades de Medicina. Todos sabemos que há um alto percentual (aproximadamente 40%) de egressos dos cursos médicos no RS que não têm acesso aos programas de Residência Médica. Por que não se criar um grande número de vagas em Programas de Residência voltados para a Medicina Social, com o enfoque na formação do "médico de família", com o objetivo de absorver esse contingente de colegas que, qualificados, poderiam muito bem, a curto prazo, dar uma resposta positiva às necessidades do SUS? As Universidades Regionais, interessadas em criar Faculdades de Medicina, poderiam muito bem criar Programas de Residência, com o que resolveriam dois problemas, quais sejam: o aproveitamento de egressos das Faculdades já existentes e sem oportunidade de Residência e a qualificação, a curto prazo (2 ou 3 anos), de médicos aptos para preencher as vagas do programa de "médicos de família", posição que defendemos desde 2001.

Por outro lado, não criariam dois outros problemas. O primeiro seria a ampliação do número de egressos em um mercado já saturado, e o segundo, que não tem sido dito, reside no aspecto legal, pois os novos cursos a serem criados, sendo de Medicina em sentido amplo, nada impediria que egressos deles decidam não seguir a linha da Medicina Social, podendo candidatar-se à Residência Médica em programas de Medicina altamente especializada.

A sociedade, os médicos e o governo deveriam estudar com profundida-

de o assunto, pois é a sociedade que paga o custo dos "excedentes profissionais" já existentes e não aproveitados. Um país em desenvolvimento não pode despender recursos econômicos sem que haja retorno. Não se deveria criar uma expectativa e ilusão nos jovens idealistas, a não ser que queiramos semear agora, para colhermos mais tarde, um grande contingente de descontentes profissionais.

AGRADECIMENTOS

Desejamos agradecer de forma muito especial às Faculdades de Medicina, que, através de seus Diretores, foram solícitas em prestar as informações, imprescindíveis para este trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. RIGATTO M. Criação de novas faculdades de Medicina e aumento do número de matrículas médicas no Rio Grande do Sul. Revista AMRIGS: 1966, vol. X, n.2: 7-13.
2. BONAMIGO TP. Má distribuição dos médicos no Brasil. Conselho Federal de Medicina. Ano XIV, n. 125, jan. 2001 (12).